



ACERVO NOSSO SAGRADO E OS ESPAÇOS POLÍTICOS DO PATRIMÔNIO CULTURAL:

Possibilidades de pesquisa entre espaço, política e patrimônio

Paula Fernandes da Silva¹

RESUMO

O presente artigo apresenta o Acervo Nosso Sagrado como objeto de estudo situado no cruzamento entre memória política, reparação histórica e racismo religioso. Inserido em uma pesquisa doutoral em andamento, o trabalho tem como objetivo discutir as contribuições teóricas da Geografia para o tratamento de patrimônios sensíveis, com ênfase nos bens culturais de matriz afro-brasileira. O acervo, composto por 519 objetos sagrados das religiões de matriz africana — muitos deles tombados pelo Iphan —, reúne peças de grande valor simbólico para comunidades tradicionais que foram violentamente confiscadas em ações policiais contra terreiros de Candomblé e Umbanda no Rio de Janeiro, entre os anos de 1890 e 1946. A partir do conjunto documental associado a essa coleção e das articulações políticas promovidas pelas comunidades religiosas para a libertação das peças, a pesquisa busca examinar a espacialidade da coleção, delineando a trajetória de objetos que vão da apreensão policial ao atual processo de reparação e rratificação patrimonial. O estudo reconhece o patrimônio como recurso político mobilizado pelas próprias comunidades religiosas no enfrentamento ao racismo institucional e na afirmação de suas memórias e identidades. O artigo apresenta e discute dois conjuntos principais de dados analisados: a documentação arquivística vinculada às peças e as mobilizações pelo Sagrado, articulando revisão bibliográfica no campo da Geografia Política como base para refletir sobre a construção de espaços políticos do patrimônio cultural e suas potencialidades na promoção de justiça reparativa no contexto dos patrimônios afro-religiosos. Apesar de a pesquisa ainda estar em curso, conclui-se que o patrimônio cultural se afirma como um campo de investigação da Geografia Política, tanto na perspectiva da documentação associada aos processos de patrimonialização da coleção, quanto nas análises sobre as formas contemporâneas de governança e gestão que envolvem esses bens.

Palavras-chave: Acervo Nosso Sagrado; patrimônio cultural afro-brasileiro, espaços políticos do patrimônio, memória política, reparação histórica, racismo religioso.

ABSTRACT

The present article introduces the Nosso Sagrado Collection as an object of study situated at the intersection of political memory, historical reparation, and religious racism. Embedded within an ongoing doctoral research project, the study aims to analyze the theoretical contributions of Geography to the treatment of sensitive heritage, with particular emphasis on Afro-Brazilian cultural assets. The collection, composed of 519 sacred objects from African-based religions—many of them listed by Iphan—brings together pieces of great symbolic value for traditional communities that were violently confiscated during police raids against Candomblé and Umbanda temples in Rio de Janeiro between 1890 and 1946. Drawing on the documentary set associated with this collection and on the political actions undertaken by religious communities to secure the liberation of these sacred objects, the research seeks to investigate the spatiality of the collection, tracing the trajectories that extend from police seizure to the current process of reparation and patrimonial revalidation. The study understands heritage as a political resource mobilized by religious communities themselves in confronting institutional racism and affirming their memories and identities. The article presents two main sets of analyzed data: the

¹ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGG/UFRJ, pesquisa financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Política e Território do Departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro – GEOPPOL/UFRJ; paulaa.fern@gmail.com



archival documentation linked to the sacred objects and the collective mobilizations surrounding the Nosso Sagrado case. These are articulated with a bibliographic review in the field of Political Geography, which serves as a foundation for understanding the construction of political spaces of cultural heritage and their potential to promote reparative justice in the context of Afro-religious heritage.

Keywords: Nosso Sagrado Collection; Afro-Brazilian cultural heritage, political spaces of heritage, political memory, historical reparation, religious racism.

RESUMEN

El presente artículo presenta el Acervo Nosso Sagrado como un objeto de estudio situado en la intersección entre la memoria política, la reparación histórica y el racismo religioso. Insertado en una investigación doctoral en curso, el trabajo tiene como objetivo analizar las contribuciones teóricas de la Geografía al tratamiento del patrimonio sensible, con énfasis en los bienes culturales de matriz afrobrasileña. El acervo, compuesto por 519 objetos sagrados de religiones de origen africano —muchos de ellos registrados por el Iphan—, reúne piezas de gran valor simbólico para comunidades tradicionales que fueron violentamente confiscadas en acciones policiales contra terreiros de Candomblé y Umbanda en Río de Janeiro, entre los años 1890 y 1946. A partir del conjunto documental asociado a esta colección y de las articulaciones políticas promovidas por las comunidades religiosas para la liberación de las piezas, la investigación propone indagar la espacialidad de la colección, comprendiendo las trayectorias que van desde la incautación policial hasta el actual proceso de reparación y revalidación patrimonial. El estudio reconoce el patrimonio como un recurso político movilizado por las propias comunidades religiosas en la lucha contra el racismo institucional y en la afirmación de sus memorias e identidades. El artículo presenta dos principales conjuntos de datos analizados: la documentación archivística vinculada a las piezas y las movilizaciones por lo Sagrado, articulando una revisión bibliográfica en el campo de la Geografía Política como base para comprender la construcción de espacios políticos del patrimonio cultural y sus potencialidades en la promoción de la justicia reparadora en el contexto de los patrimonios afro-religiosos.

Palabras clave: Acervo Nosso Sagrado; patrimonio cultural afrobrasileño, espacios políticos del patrimonio, memoria política, reparación histórica, racismo religioso..

Por que o Nosso Sagrado importa: memória, espaço e reparação

O Acervo Nosso Sagrado é uma coleção de artefatos religiosos de matriz afro-brasileira coletados entre os anos de 1889 e 1946 pela Polícia Civil na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Originalmente composto por 523 peças, atualmente conta com 519 itens devido a incêndios e denúncias de mau acondicionamento. Destes, 126 itens foram inscritos em 1938 no 1º Livro de Tombo Etnográfico, Arqueológico e Paisagístico do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (CHAGAS & MAGALDI, 2025) Entre os objetos apreendidos encontram-se esculturas, assentamentos, indumentárias religiosas, tambores sagrados e escudos, confeccionados em diversos materiais, como metal, resina, argila, pedra e madeira.



Associadas a crimes como “falsa medicina²”, “espiritismo, magia e sortilégios³” e “curandeirismo⁴”, casas de santo foram recorrentemente invadidas, e seus líderes, assim como seus objetos sagrados, foram detidos. Os artefatos apreendidos deram origem à chamada Coleção da Magia Negra, que, junto às coleções de Armas Brancas, Toxicologia, Jogos de Azar e Objetos de Magia, passou a compor o Museu do Crime. Inicialmente organizado como um recurso didático para a formação de inspetores da Academia de Polícia do Rio de Janeiro, o acervo foi utilizado como suporte museológico e cenográfico para a preservação improvisada de cenas de crimes e delitos (CORRÊA, 2014). Em 1938, foi tombado como patrimônio etnográfico nacional e permaneceu em exposição no Museu da Polícia sob essa denominação até o ano de 1989.

A coleção não é a única do gênero no país. Os estados da Bahia, Alagoas e Pernambuco, todos com forte presença cultural africana, também formaram acervos a partir de apreensões policiais com fins museográficos. Em Salvador, a Coleção Estácio Lima⁵ (1926) reunia, além de objetos religiosos, itens provenientes de roubos, armas, ferramentas de falsificadores, fetos com má formação, órgãos mutilados e até os restos mortais do bando de Lampião, sendo exposta para a formação de médicos e criminologistas. O Museu de Medicina Legal reconhecia o candomblé como objeto de pesquisa científica por considerá-lo um indício de doença mental (SANSI-ROCA, 2007; PEREIRA, 2017). Em Alagoas, a Coleção Perseverança⁶, é composta por 211 objetos sagrados que sobreviveram à Quebra de Xangô, evento ocorrido em 1912, quando diversos terreiros de Maceió e região foram atacados devido a conflitos políticos (IPHAN, 2024). Já em Pernambuco, a coleção Afro do Xangô⁷ foi doada pela Secretaria de Segurança Pública do estado ao Museu de Pernambuco no final da década de 1930, contendo 307 peças apreendidas em operações policiais semelhantes.

² Art. 156. Exercer a medicina em qualquer dos seus ramos, a arte dentaria ou a pharmacia; praticar a homeopathia, a dosimetria, o hypnotismo ou magnetismo animal, sem estar habilitado segundo as leis e regulamentos (Brasil, 1890)

³ Art. 157. Praticar o espiritismo, a magia e seus sortilegios, usar de talismans e cartomancias para despertar sentimentos de odio ou amor, inculcar cura de molestias curaveis ou incuraveis, emfim, para fascinar e subjugar a credulidade publica (Brasil, 1890)

⁴ Art. 158. Ministrarr, ou simplesmente prescrever, como meio curativo para uso interno ou externo, e sob qualquer fórmula preparada, substancia de qualquer dos reinos da natureza, fazendo, ou exercendo assim, o officio do denominado curandeiro (Brasil, 1890)

⁵ Mafro. *Coleção Estácio de Lima*. Disponível em: <http://www.mafro.ceao.ufba.br/pt-br/colecao-afro-brasileira/colecao-estacio-de-lima>

⁶ IPHAN. 2024. *Coleção Perseverança (AL) recebe tombamento definitivo*. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/colecao-perseveranca-al-recebe-tombamento-definitivo>

⁷ Museu do Estado de Pernambuco. *Coleção Afro do Xangô em Pernambuco*. Disponível em: <https://www.museudoestadope.com.br/colecao/Cole%C3%A7%C3%A3o-Afro-do-Xang%C3%B4-em-Pernambuco>



Essas coleções foram organizadas sob a mesma perspectiva – o crime na cidade – e reunidas com o mesmo objetivo – formar policiais para coibir manifestações religiosas afro-brasileiras e demais crimes. No entanto, as coleções passaram por mobilizações organizadas por lideranças religiosas para sua libertação e restituição. A restituição dessas peças não ocorreu, necessariamente, por meio da devolução dos objetos às comunidades de origem, mas pela resignificação de suas narrativas expositivas. Assim, os acervos passaram a contar a história da repressão ao candomblé e umbanda e do racismo religioso promovido pelo Estado brasileiro.

O acervo carioca, entretanto, teve um percurso mais longo. Após sofrer um incêndio em 1989, a coleção foi armazenada em caixas, tornando-se inacessível ao público, a especialistas e até mesmo a religiosos que reivindicavam os artefatos sagrados de seus antepassados. Durante décadas, campanhas mobilizaram lideranças religiosas, intelectuais e trabalhadores de museus e arquivos em busca da recuperação dos itens. No entanto, o tombamento da coleção representava um obstáculo para a restituição dos objetos sagrados que permaneciam sob custódia da polícia (PEREIRA, 2017). Somente em 2020, um acordo entre o Museu da República e o Museu da Polícia possibilitou a transferência da tutela da coleção, permitindo que as peças fossem acessadas por lideranças religiosas e recebessem uma nova denominação: Acervo Nosso Sagrado. A transferência incluiu a abertura dos arquivos policiais e a implementação de uma Gestão Compartilhada do patrimônio, envolvendo técnicos de museu, lideranças religiosas e intelectuais para a classificação, restauração, investigação e posterior exposição das peças. Dentre os sentidos de reparação mobilizados pelos grupos protagonistas desse movimento (PEREIRA, 2017), há um consenso entre os integrantes da Gestão Compartilhada do patrimônio: a exposição pública sobre os crimes cometidos pelo Estado contra a população afro-brasileira é um passo inicial para que “as comunidades retratadas possam não apenas auxiliar no tratamento de seus objetos, mas também escolher o que será exposto e indicar a narrativa museográfica mais adequada e respeitosa” (ALVES, 2021, p.154).

As lutas por reparação, motivadas pelo reconhecimento das violações cometidas pelo Estado são fomentadas também pelas investigações sobre a atuação da Polícia Civil contra os grupos religiosos. Destaca-se “a importância da história que podem contar nossas coisas” (MENINAZINHA DE OXUM et al., 2022), expressão que encontra eco na compreensão da Museologia Social (ABREU, CHAGAS & SANTOS, 2007): contar a história das coisas é evitar o apagamento da memória dos povos de terreiro e da população afro-brasileira, contribuindo para que as histórias não sejam contadas de forma distorcida por outras pessoas. Essas “coisas” também podem reconstruir geografias passadas, uma vez que os objetos permitem imaginar



uma cidade e os contextos políticos e culturais de onde foram retirados. O processo de repressão da cultura afro-brasileira na capital do país que, apesar de terem apagado marcas espaciais, podem ser revisitados através dos indícios que os inquéritos policiais deixaram.

O reconhecimento da repressão policial às afrorreligiosidades constitui, por si só, um dos sentidos e ações possíveis de reparação, sustentado pela construção de sua memória política. Essa memória é continuamente reelaborada a partir das evidências materiais e documentais que indicam o que foi reprimido, onde e quando ocorreram os atos de violência estatal. Falas como as de Mãe Meninazinha de Oxum sublinham o papel dos objetos sagrados como testemunhos — registros que vinculam práticas religiosas a espaços e tempos específicos, historicamente marcados pela repressão.

Simultâneas às pesquisas e investigações documentais, as mobilizações por reparação seguem em curso. Os trabalhos sobre a documentação foram ampliados com o lançamento do projeto de pesquisa “Acervo Nosso Sagrado: pesquisa, identificação, reconhecimento e gestão participativa de acervo religioso afro-brasileiro” (CHAGAS E MAGALDI, 2025). Numa parceria entre o Grupo de Gestão Compartilhada do Acervo, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o acordo interinstitucional⁸ foi elaborado com o objetivo de “estudar o Acervo (...) visando a elaboração de um dossiê técnico que forneça subsídios para instrução do processo de rerratificação do bem (...) [assim] como ações de preservação, divulgação e valorização, em articulação com o Grupo de Gestão Compartilhada do Acervo.” (MINISTÉRIO DA CULTURA, 2023).

O projeto lançado no dia 31 de março de 2025 (IPHAN, 2025) conta com o apoio e participação de diferentes instituições federais e sociedade civil, que pautam múltiplos sentidos de reparação, devolução e protagonismo político, reconhecendo a centralidade e importância do Sagrado para toda a sociedade brasileira - não só a afrorreligiosa. Presente nas falas de Mãe Meninazinha de Oxum, e também de parlamentares⁹, a comunidade política que se formou em prol do Sagrado reconhece que os bens confiscados constituem a maior prova do crime que o Estado cometeu contra os povos de terreiro.

⁸ Através de um Termo de Execução Descentralizada (TED 18/2023 – IPHAN/Ministério da Cultura) o Ministério da Cultura, através do Iphan, autorizou a transferência de verba para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) com o objetivo de desenvolver pesquisa sobre o Acervo Nosso Sagrado, tombado parcialmente pelo Iphan e sob guarda do Museu da República.

⁹ O evento de lançamento do projeto de pesquisa foi registrado em plataformas digitais e disponível no canal da Unirio no Youtube (Unirio, 2025)



A vitalidade e importância que as mobilizações pelo Sagrado apresentam enriquecem não só a compreensão das cidades do passado – abrindo campo de investigação entre práticas culturais afro-brasileiras, cidade e política no início do século XX – mas também na formulação de espaços políticos no presente. É possível vislumbrar as articulações construídas entre grupos religiosos¹⁰, movimentos sociais¹¹, instituições vinculadas ao poder Executivo¹², Legislativo¹³ e Judiciário¹⁴, fomentando o debate sobre reparação histórica, evidenciando estratégias, expondo conflitos e delineando ações de reparação.

Nesse contexto, o presente trabalho tem como objetivo discutir as contribuições teóricas da Geografia para o tratamento de patrimônios sensíveis, com ênfase nos bens culturais de matriz afro-brasileira. Busca-se explorar as formas pelas quais a disciplina pode contribuir para os processos de reparação, expressos na construção da memória política do racismo religioso no Rio de Janeiro. Inicialmente voltada à análise de documentos históricos — como inquéritos criminais associados às peças da antiga coleção —, a pesquisa passou a incorporar outros materiais que ampliaram a compreensão sobre memória, política e justiça reparativa.

Destacam-se, nesse processo, as mobilizações do grupo político que protagonizou a libertação dos artefatos e que hoje compõe o Grupo de Gestão Compartilhada do Acervo, instância aqui considerada como um espaço político do patrimônio cultural. A proposta desenvolvida na tese em curso consiste em tratar esse duplo conjunto de dados — a documentação arquivística e as entrevistas com representantes do Grupo de Gestão —, de modo a investigar as espacialidades mobilizadas nos processos de reparação, desde a trajetória dos artefatos até a construção de espaços de gestão que reflitam narrativas alinhadas à memória política e à justiça reparativa.

Documentos da repressão, documentos da reparação

A abertura recente de arquivos relacionados à repressão religiosa no Brasil representa um marco importante para as pesquisas sobre patrimônio, memória e reparação histórica. Dentre a documentação, destacam-se os inquéritos criminais disponibilizados por meio do

¹⁰ Casas de santo presentes no evento e que compõem o Grupo de Gestão Compartilhada: Ilê Omolu e Oxum (Mãe Meninazinha de Oxum e Mãe Nilce de Iansã), Ilê Omiojuarô (Pai Adailton de Ogun), Bate Folhas (Tata Shongele), Ilê Omi Layó (Mãe Marcinha de Oxum), Ilê Omon Oya Legy (Ogã Marco Aurélio), Ilê Axé Ofá (Pai Mauro de Oxossi), Casa do Perdão (Mãe Flávia Pinto), Templo do Vale do Sol e da Lua (Pai Thiago de Ogun).

¹¹ Organizações da sociedade civil vinculadas ao movimento negro e povos de terreiro: Renafro Saúde, na figura de Mãe Nilce de Iansã, coordenadora da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde.

¹² Representante do Ministério da Educação, e instituições vinculadas ao Ministério da Cultura (Iphan e Ibram, que foi convidado mas não enviou representante)

¹³ Mandatos parlamentares de deputados federais (Henrique Vieira e Talíria Petrone) e estadual (Flávio Serafini)

¹⁴ Defensoria Pública da União e Promotor Federal, Natália von Rondow e Jaime Mitropoulos.



Acordo de Cooperação Técnica nº 3/2023, firmado entre o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC). O acordo estabelece ações conjuntas voltadas à preservação, análise e divulgação de acervos vinculados às religiões de matriz africana, promovendo a cooperação entre órgãos públicos e a sociedade civil na construção de políticas de memória e de enfrentamento ao racismo religioso.

Ao viabilizar o acesso a documentos que registram a apreensão de peças sagradas e a criminalização de práticas religiosas afro-brasileiras, essa iniciativa busca compreender os mecanismos de repressão empregados pelo Estado e estimular medidas de reparação aos danos históricos causados às comunidades negras. Mais do que um esforço de conservação e restauração, trata-se de um movimento de reinterpretação do passado, em que o trabalho com os arquivos se converte em instrumento de justiça e reconhecimento.

Esses documentos, antes inacessíveis ao público, tornaram-se objeto de estudo e divulgação no âmbito do projeto “Liberte Nosso Sagrado: desarquivando memórias da repressão e da resistência das comunidades tradicionais de terreiros no Rio de Janeiro republicano (1889–1945)”, selecionado pelo Edital CAPES 17/2023. A iniciativa reúne pesquisadores das áreas de Direito¹⁵ e História¹⁶, além de lideranças religiosas, comprometidos com o resgate das trajetórias de resistência e das formas de organização das comunidades afro-brasileiras, historicamente marginalizadas pelas instituições estatais e perseguidas pelos órgãos de segurança pública durante o período republicano.

Acompanhar a espacialidade dos objetos apreendidos permite observar como diferentes contextos de circulação produziram significados diversos em torno da coleção. As trajetórias que vão dos sítios religiosos de origem ao depósito da Polícia Civil, e posteriormente ao Museu da República, revelam passagens entre regimes de controle, conservação e reinterpretação. Cada deslocamento guarda marcas de práticas institucionais, disputas políticas e iniciativas de cuidado.

Os registros administrativos, inquéritos e laudos constituem um conjunto documental que oferece pistas sobre as formas de enquadramento e categorização aplicadas às religiões afro-brasileiras e aos seus artefatos. O exame desses materiais permite acompanhar como a coleção foi descrita, classificada e movimentada ao longo do tempo, bem como os sentidos atribuídos aos objetos em cada contexto de gestão e exposição.

¹⁵ Professores Thula Rafaela de Oliveira Pires, PPGD PUC-Rio; Thiago de Azevedo Pinheiro Hoshino, PPGD UFPR; Ana Luiza Pinheiro Flauzina, PPGD UFBA.

¹⁶ Professora Ynaê Lopes dos Santos, PPGH UFF.



As mobilizações pela libertação da coleção, conduzidas por lideranças religiosas e movimentos sociais, introduzem novas leituras sobre esses mesmos objetos, deslocando-os do campo da repressão para o campo da reparação. Consideramos que o processo de transferência e acondicionamento no Museu da República, assim como as etapas de restauro e planejamento da futura exposição, configuram novas espacialidades construídas a partir das disputas pelo patrimônio. Nessas espacialidades, o acervo passa a ser mediado por outras perspectivas de valor, associadas à memória, à fé e à dignidade, resultantes das negociações entre instituições culturais, lideranças religiosas e agentes públicos envolvidos no processo.

A pesquisa acompanha esses movimentos buscando compreender como a coleção se transforma ao longo de seus percursos materiais e simbólicos. As ações de preservação, as discussões sobre curadoria e as decisões relativas à exposição são tomadas como parte de um processo em aberto, no qual diferentes atores — instituições, técnicos, comunidades religiosas e pesquisadores — constroem coletivamente novos sentidos para os objetos e para o próprio patrimônio.

Por outro lado, reconhecemos também as mobilizações pelo sagrado, que expressam a vitalidade política e epistêmica das comunidades afro-religiosas e ensinam como o campo da reparação patrimonial se faz em permanente disputa, negociação e invenção.

A criação do Grupo de Gestão Compartilhada do Acervo Nosso Sagrado (GGC Nosso Sagrado) é emblemática nesse processo. Formado como condição para a transferência do acervo do Museu da Polícia para o Museu da República (MONTEIRO, VERSIANI, CHAGAS, 2022), o grupo consolidou-se como instância reconhecida pela libertação da coleção, e por isso, capaz de representar os saberes e valores das comunidades religiosas envolvidas. Ao assegurar que as ações de salvaguarda fossem orientadas pelos próprios detentores dos objetos e de seus significados, esse espaço político rompe com lógicas de favorecimento, indicações externas ou instrumentalização partidária.

Fazem parte do GGC Nosso Sagrado museólogos e representantes das casas de axé que, ao longo de décadas, protagonizaram a campanha pelo retorno dos objetos sagrados. As lideranças religiosas são: Ilê Omolu e Oxum, na figura de Mãe Meninazinha de Oxum (iyalorisá) e Mãe Nilce de Iansã (iyakekere); Ilê Omiojuarô, na figura do babalorixá Adailton de Ogun (herdeiro direto e espiritual de Mãe Beata de Iemanjá); Bate Folhas, representado pelo ogã Tata Shongele; Ilê Omi Layó, representado pela iyalorisá Mãe Marcinha de Oxum; Ilê Omon Oya Legy, através do Ogã Marco Aurélio (filho “de sangue” da iyalorisá Mãe Palmira); Ilê Axé Ofá, pelo babalorisá Pai Mauro de Oxossi; Casa do Perdão, representada pela iyalorisá Mãe Flávia Pinto, e o Templo do Vale do Sol e da Lua representado pelo Pai Thiago de Ogun.



Entre as ações recentes, destacam-se as potencialidades do GGC Nosso Sagrado como modelo de atuação consultiva voltado às políticas públicas de patrimônio afro-brasileiro. O grupo vem apontando caminhos para que os saberes religiosos sejam reconhecidos e incorporados de forma estruturante às práticas institucionais, a exemplo da elaboração de um vocabulário de bens móveis da religião afro-brasileira e do acompanhamento dos processos de tombamento de terreiros no estado do Rio de Janeiro¹⁷. Sua atuação nos espaços de decisão é compreendida como prática viva de reparação, protagonismo político e reconfiguração institucional.

Sua atuação, sustentada por trajetórias de militância e legitimidade social, permitiu inclusive críticas públicas à condução institucional do processo, como no episódio da exoneração do museólogo Mário Chagas, figura central na articulação para a transferência do acervo ao Museu da República. Em reação à sua exoneração em julho de 2024, o GGC expressou forte repúdio: lideranças religiosas de terreiros de matriz afro-brasileira e ativistas enviaram carta aberta¹⁸ à ministra da Cultura, Margareth Menezes, solicitando a anulação da decisão e apontando o afastamento de Chagas como um retrocesso para o projeto de reparação. Posteriormente, com a troca de gestão no Museu da República, a exposição do Acervo Nosso Sagrado, programada para setembro de 2023, sofreu adiamentos sucessivos — segundo noticiários¹⁹, ausência de orçamento e mudança de liderança foram citadas como motivos para sua não realização até o momento. Em resposta²⁰, o grupo mobilizou-se para buscar um novo espaço expositivo e reivindicar a efetiva participação no processo de escolha institucional, convencido de que a visibilidade pública da coleção é componente essencial da justiça reparativa que sustenta sua iniciativa.

Deste segundo conjunto de dados contemporâneos, é possível acompanhar os desdobramentos políticos, institucionais e simbólicos posteriores à transferência do Acervo Nosso Sagrado para o Museu da República, em 2020. Se a “libertação” da coleção representou

¹⁷ Fala de Vanessa Pereira (IPHAN) durante o lançamento do Projeto de Pesquisa do Nosso Sagrado (31/03/2025) na Unirio

¹⁸ ANTUNES, Ancelmo. *Exoneração de diretor do Museu da República causa repúdio entre lideranças do axé, artistas visuais e servidores*. O Globo – Blog Ancelmo Góis, 17 jul. 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/ancelmo-gois/post/2024/07/exoneracao-de-diretor-do-museu-republica-causa-repudio-entre-liderancas-do-axe-artistas-visuais-e-servidores.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2025.

¹⁹ AUTRAN, Paula. *Museologia de Terreiro: acervo Nosso Sagrado busca abrir caminhos*. VEJA Rio, 3 out. 2025. Disponível em: <https://vejario.abril.com.br/cidade/acervo-nosso-sagrado-museu-da-republica-museologia-terreiro/>. Acesso em: 19 out. 2025.

²⁰ G1 Rio. *Líderes religiosos e museu vivem impasse sobre gestão de peças sagradas*. G1 – Rio de Janeiro, 24 set. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2025/09/24/lideres-religiosos-e-museu-vivem-impasse-sobre-gestao-de-pecas-sagradas.ghtml>. Acesso em: 19 out. 2025.



um marco na luta pelo reconhecimento das religiões de matriz africana e pela reparação simbólica das comunidades atingidas pela repressão estatal, a etapa seguinte inaugurou um novo ciclo de mobilizações. Nesse contexto, a observação das ações do GGC Nosso Sagrado permite refletir, sob a ótica da Geografia Política, sobre a constituição de espaços políticos (CASTRO, 2018) marcados pela disputa de narrativas, pela negociação institucional e pela construção participativa da governança patrimonial. Trata-se de um movimento que busca romper com imagens fixas do racismo — religioso e estrutural —, abrindo espaço para narrativas construídas pelos próprios grupos sociais descendentes de sujeitos vitimados pela violência política do Estado. A reparação, compreendida como reconstrução narrativa das “histórias que podem contar nossas coisas” (Mãe Meninazinha de Oxum et al., 2022), desloca o foco da reconstituição das “geografias da repressão” para o reconhecimento das *espacialidades do patrimônio*, nas quais se configuram formas coletivas de gestão e reapropriação simbólica. Nessa perspectiva, a análise das trajetórias espaciais dos objetos — dos contextos urbanos em que foram apreendidos aos espaços expositivos e museológicos que hoje buscam ressignificar sua memória — revela os modos pelos quais o patrimônio se converte em recurso para afirmação política, reparação histórica e reinvenção territorial.

Patrimônio, espaço e política: aproximações teóricas

A escolha pela Geografia Política como campo teórico-metodológico — já discutida em trabalhos anteriores (Cadena e Ribeiro, 2023; Ribeiro e Barbosa, 2024) — permite compreender o patrimônio cultural não apenas como um conjunto de bens materiais ou simbólicos, mas como uma arena de disputas, negociações e afirmações de poder no território. Tal perspectiva amplia as possibilidades de análise do patrimônio, inserindo-o nas dinâmicas de governança e participação social que estruturam os *espaços da política*, entendidos aqui como lugares de encontro, diferença e conflito (CASTRO, 2018).

O povo de santo acumula experiências significativas na preservação de sua cultura, como exemplificam o Museu Memorial Iyá Davina, no Rio de Janeiro, e o tombamento de terreiros de Candomblé em Salvador. Nas palavras de Mãe Meninazinha da Oxum, “agora deixa com a gente, nós sabemos cuidar do Sagrado”. Por meio da tradição oral e da atuação direta na formulação de políticas de memória, essas comunidades têm construído memoriais e, ao longo de décadas, pleiteado o reconhecimento e a patrimonialização de seus templos e espaços sagrados. A consolidação desses espaços, sustentada na dimensão material e simbólica da cultura afro-brasileira, torna-se possível, em grande medida, quando a base material e simbólica necessária à reprodução de seus valores e práticas não foi violada por agentes externos.



Em outras circunstâncias, entretanto, a memória assume papel ainda mais estratégico: torna-se uma ferramenta política voltada à reinterpretação crítica do passado e à reparação de violências históricas. Inserida nas perspectivas pós-coloniais, essa atuação busca desestabilizar as legitimidades culturais e históricas que sustentaram processos de opressão. Segundo Lifschitz (2014), a *memória política* se associa a ações estratégicas — à capacidade de afetar e influenciar outros atores sociais. Para o autor, “construir a memória política procura *intervir* no mundo social, confrontando a realidade jurídica, cultural e política que pretende silenciar a memória ou produzir outras versões do passado” (p. 149, grifos originais).

Assim, a memória política revela-se como um dispositivo central na construção de uma agenda pública antirracista, especialmente quando articulada aos *espaços políticos do patrimônio*. Ao reconhecer a capacidade dos coletivos afro-religiosos de (re)produzirem suas próprias narrativas e identidades, o debate amplia-se para a formulação de políticas que não apenas reconhecem as violações históricas, mas também possibilitam a reescrita do passado sob a ótica dos sujeitos historicamente marginalizados.

Nessa direção, a discussão aproxima-se da concepção de *patrimônio como recurso político*, conforme desenvolvida por Ribeiro e Barbosa (2024). Os autores argumentam que “grupos historicamente silenciados identificam na política de patrimônio uma forma de construção de visibilidade social capaz de lhes conferir capital político em diferentes frentes” (p. 77). Suas mobilizações reivindicam, portanto, não apenas o reconhecimento simbólico, mas também a gestão participativa dos bens patrimoniais. O patrimônio cumpre, assim, a função de construir representações a partir de objetos, sítios e práticas patrimonializadas com o objetivo de ampliar o poder e a capacidade de influenciar as ações sobre esses mesmos objetos, práticas e espacialidades. A mobilização de instrumentos legais — por meio das instituições culturais e, em certos casos, das instâncias judiciais — revela o patrimônio como ferramenta de ação política, utilizada para frear transformações urbanas, pleitear conservação e, no caso do Acervo Nosso Sagrado, afirmar o direito à justiça restaurativa.

A espacialidade emerge como um elemento fundamental da memória política nas iniciativas por reparação histórica. O espaço, nesse contexto, não é apenas um suporte físico, mas um campo simbólico em disputa, base material sobre o qual se desenvolvem sentimentos de pertencimento e subjetividades coletivas. Isso inclui, por exemplo, o debate em torno da transferência da coleção — qual lugar de memória é mais representativo do processo de reparação —, a criação do Grupo de Gestão Compartilhada — a disputa por uma instância participativa de governança do patrimônio cultural —, os debates sobre qual seria a instituição



mais apropriada para sediar a exposição, bem como os argumentos que fundamentam a decisão de devolver ou não determinadas peças do Acervo.

Considera-se que o *espaço político* (CASTRO, 2018) se manifesta em múltiplas temporalidades no contexto do Nosso Sagrado. No passado, isso se dava nas delegacias e tribunais, onde se instauravam inquéritos e processos que criminalizavam as religiões de matriz africana. Esses espaços não eram neutros: operavam sob lógicas coloniais e racistas que convertiam práticas religiosas em “feitiçaria” ou “crime contra a saúde pública”, instaurando um regime de significação baseado na oposição entre crime/magia e direito/religião.

No presente, os espaços políticos da reparação afrorreligiosa se expandem para instâncias de democracia participativa, como os conselhos e comissões de gestão do patrimônio cultural previstos nas normativas do IPHAN. Como observa Castro (2018, p. 123), esses espaços configuram “muitos espaços de debates e representação de interesses específicos na sociedade, institucionalizados e facultados por normas de participação em diferentes modelos de democracia”. Ainda que limitados em alcance e estrutura, constituem plataformas de visibilidade e decisão, ocupadas ativamente por lideranças afrorreligiosas na disputa por reconhecimento, reparação e justiça.

O conceito de espaço político (CASTRO, 2012; 2018; AZEVEDO, 2016; 2018) oferece um avanço importante para esta análise. Trata-se de um espaço materialmente produzido, sustentado por bases físicas e institucionais, que media e condiciona as relações entre Estado e sociedade, e no qual as ações políticas ganham forma, visibilidade e capacidade de influenciar a agenda pública. A intencionalidade política é, portanto, o elemento que transforma um espaço físico em espaço político propriamente dito — não há espaços políticos dados a priori, mas sim aqueles ativados por práticas sociais que os vinculam a projetos de transformação e enfrentamento das desigualdades.

Iná Elias de Castro (2018) propõe uma tipologia dos espaços políticos a partir das diferentes formas de agir e de se conectar ao “poder decisório governamental” (p. 124). Para a autora, os espaços políticos exclusivos, como Parlamentos, Assembleias e Câmaras Legislativas, são “espaços construídos e organizados essencialmente para o debate e a deliberação política”. A exclusividade decorre do fato de que, nas democracias representativas, apenas nas instituições legislativas é possível estabelecer normas impositivas a toda a sociedade dentro de seu limite de jurisdição. Por dedução, “os espaços da representação política são, pois, espaços políticos por excelência” (CASTRO, 2018, p. 124).



Um segundo tipo seriam os espaços políticos limitados, definidos como “espaços de debates e representação de interesses específicos na sociedade, institucionalizados e facultados por normas de participação em diferentes modelos de democracia, como diferentes tipos de conselhos” (CASTRO, 2018, p. 124). É nessa categoria que se inserem os Comitês Gestores considerados nesta análise, que atuam na mediação entre o poder público e a sociedade civil. Por fim, os espaços políticos abertos se constituem nas “ruas, praças e lugares do cotidiano social” quando mobilizados por movimentos contestatórios ou por ações coletivas em torno de uma agenda comum, “estabelecendo um nexo entre a ‘praça’ e o ‘palácio’, ou, mais objetivamente, entre a sociedade e seus governantes” (CASTRO, 2018, p. 124).

Construir *espaços políticos do patrimônio cultural* implica consolidar o encontro entre diferentes atores — instituições culturais, agentes técnicos, instâncias estatais e sujeitos da memória política — para a formulação de estratégias de coordenação, negociação e colaboração horizontalizadas, voltadas à gestão dos bens patrimonializados. Quando orientados por uma agenda de reparação, esses espaços assumem o papel de instrumentos institucionais de afirmação e disputa da memória política dos grupos sociais envolvidos.

O museu, o sítio arqueológico ou o acervo sagrado, quando apropriados por sujeitos da memória e mobilizados como dispositivos de reivindicação histórica, transformam-se em espaços políticos, pois passam a operar como lugares de deliberação sobre o passado, o presente e o futuro coletivo. Assim, pensar a governança participativa do patrimônio cultural sensível exige reconhecer o papel desses espaços como mediadores entre Estado e sociedade, orientados por princípios democráticos como a isonomia entre os atores, a transparência das decisões e a construção coletiva de estratégias de gestão e reparação.

A iniciativa de criação da Gestão Compartilhada surgiu de interesses éticos e políticos estabelecidos entre a instituição que recebeu a coleção e os sujeitos da memória política envolvidos na construção do processo de transferência — e de “libertação” — do Acervo (MONTEIRO; VERSIANI; CHAGAS, 2022). Em contextos de instabilidade institucional, como a exoneração do então diretor do Museu da República Mário Chagas, ou em períodos de transição de governo marcados por ideologias mais conservadoras, a legitimidade das ações desses sujeitos da memória tende a se tornar mais vulnerável. Desde 2023, novas frentes de atuação voltadas à memória e ao patrimônio afro-religioso têm sido estruturadas, configurando outras formas de ativação dos *espaços políticos do patrimônio* (SCHINCARIOL; SILVA; RIBEIRO, 2025).

A vitalidade das mobilizações pelo Sagrado revela a capacidade de articulação entre grupos religiosos, movimentos sociais e instituições vinculadas aos poderes Executivo,



Legislativo e Judiciário, fomentando o debate sobre reparação histórica, expondo conflitos e delineando estratégias conjuntas de ação. Os esforços do GGC demonstram a criatividade política de seus integrantes em articular-se em diferentes espaços políticos — a universidade, as manifestações públicas e o museu — na construção de uma gestão participativa junto ao Estado.

Ainda que esses avanços sejam significativos, permanece o desafio de consolidar normas de participação social que garantam continuidade às práticas de gestão compartilhada, evitando sua dependência de lideranças individuais ou conjunturas governamentais. Institucionalizar procedimentos participativos na governança de patrimônios sensíveis implica criar normativas que assegurem paridade entre representantes da sociedade civil e do Estado, isonomia nas deliberações e proposições, além da efetivação de encontros regulares em espaços físicos com transparência e publicidade de decisões. (SCHINCARIOL, SILVA & RIBEIRO, 2025)

Objetos em trânsito, poder em disputa

Os resultados parciais da pesquisa indicam que tratar a trajetória dos objetos do Acervo Nosso Sagrado implica compreender o patrimônio como expressão de espacialidades múltiplas — geografias contadas a partir dos próprios objetos. Nesse sentido, a pesquisa propõe uma leitura que vai além da simples localização física ou da “reconstrução de passados”, situando os arquivos e documentos em suas dimensões espaciais e políticas. O desafio consiste em compreender onde a memória se articula com a espacialidade dos objetos, reconhecendo que garantir a memória política é, ao mesmo tempo, formular espaços políticos capazes de pautar a reparação.

Entre as estratégias metodológicas, destacam-se a produção de uma cartografia histórica dos deslocamentos da coleção, a documentação das exposições e projetos curatoriais voltados à coleção, a avaliação do plano expositivo participativo — uma vez que a exposição ainda não foi inaugurada — e a realização de entrevistas com membros do Grupo de Gestão Compartilhada, buscando interpretar as percepções, expectativas e tensões em torno da gestão e da reparação. Esses procedimentos visam construir uma compreensão ampliada das espacialidades do patrimônio, na qual a circulação dos objetos se conecta às práticas sociais e políticas que os reconfiguram.

Nessa perspectiva, cada deslocamento reinscreve relações de poder, categorias museológicas e sentidos de valor. A coleção deixa de ser compreendida como um conjunto inerte e converte-se em dispositivo espacial que produz e reorganiza fronteiras simbólicas e



institucionais. É nesse horizonte que se delinea a noção de *espaços políticos do patrimônio* (CASTRO, 2018; AZEVEDO, 2018; CADENA & RIBEIRO, 2023; RIBEIRO & BARBOSA, 2024; SCHINCARIOL, SILVA & RIBEIRO, 2025): arranjos institucionais e espaciais que conferem visibilidade, voz e poder de veto a grupos historicamente silenciados. A construção e a consolidação desses espaços exigem regras claras de participação, mecanismos de transparência e instrumentos de responsabilização pública, de modo a reduzir a distância entre memória reconhecida e reparação efetiva.

A agenda política da reparação aponta para a institucionalização de uma gestão compartilhada com paridade decisória entre Estado e sociedade civil, mitigando personalismos e descontinuidades a cada alternância de governo. Propõe-se a elaboração de protocolos, vocabulários e classificações co-construídos com detentores de saber (TEOBALDO, 2025), a fim de reduzir vieses coloniais na documentação, na reserva técnica e na expografia. Por fim, torna-se necessário vincular memória e reparação a instrumentos orçamentários dotados de metas, prazos e linhas de financiamento, reconhecendo que a visibilidade expositiva integra o próprio processo reparatório, e não constitui mero apêndice museográfico.

Essa proposta, entretanto, convive com limites e riscos que precisam ser reconhecidos. Lacunas documentais e assimetrias de conservação são questões debatidas entre religiosos e técnicos; há risco de captura institucional que esvazie a participação substantiva do GGC; e permanece pendente a inauguração da exposição, etapa crucial para consolidar o vínculo entre memória pública e justiça reparativa. Consideramos que a formalização dos espaços políticos de decisão — com regimentos, termos de referência e calendários de deliberação — é fundamental para assegurar continuidade institucional, neutralidade frente a personalismos, resiliência a posicionamentos partidário-governamentais e independência em relação a disputas individuais de poder. Do mesmo modo, é imprescindível garantir isonomia entre detentores do saber religioso e equipes técnicas responsáveis por conservação, restauração, curadoria e mediação, estabelecendo regras explícitas de deliberação, quórum e publicidade.

Da memória da dor às lutas por reparação: desdobramentos

Embora se reconheça o papel do Estado como agente histórico de repressão e violência, o olhar aqui se desloca do lugar da vitimização para o potencial das ações construídas apesar — e muitas vezes contra — os contextos repressivos. Trata-se de afirmar a memória da dor sem permitir que ela se converta no único ponto de ancoragem da história negra no Brasil. À luz das trajetórias do Acervo Nosso Sagrado, evidencia-se que a memória, quando articulada a espaços



políticos do patrimônio e a arranjos de gestão compartilhada, ganha capacidade de produzir efeitos reparatórios, reclassificar sentidos de valor e recalibrar relações de poder.

Nessa perspectiva, desvincular a população afrodescendente de narrativas pautadas por um racismo paralisante não significa minimizar violências ou silenciamentos; ao contrário, exige integrá-los em políticas de memória sensível e processos de patrimonialização que reconheçam sujeitos, saberes e espacialidades. O que se busca é evidenciar as agências, recriações e estratégias espaciais mobilizadas para continuar existindo, resistindo e reinventando mundos, mesmo em contextos de vigilância, silenciamento e apagamento. Tratar esta dinâmica é defender que a visibilidade expositiva, os protocolos co-construídos com detentores de saber e a paridade decisória entre Estado e sociedade civil não são adereços museográficos: constituem condições estruturantes da reparação.

Por fim, os achados apontam um horizonte operativo: formalizar e consolidar os espaços políticos que sustentam a gestão compartilhada; vincular memória e reparação a instrumentos orçamentários com metas, prazos e financiamento; e difundir um protocolo metodológico aberto que permita replicabilidade em outros acervos afro-brasileiros. Se a coleção revela geografias narradas pelos próprios objetos, cabe às instituições e à sociedade assegurar continuidade e efetividade a essas narrativas como prática de justiça. É nessa passagem — do reconhecimento da dor à capacidade efetiva de reparar — que reside a contribuição da pesquisa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, L. G. *Libertem Nosso Sagrado: as disputas de uma reparação histórica*. 2021. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2021.

CADENA, D. *Patrimônio como recurso político: disputas por reconhecimento, fortalecimento e geopolítica entre UNESCO e Cabo Verde*. 2017. 262 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

CADENA, Dirceu; RIBEIRO, Rafael. A paisagem na geografia política: da morfologia à paisagem como recurso. In: AZEVEDO, Daniel A. de; NOGUEIRA, Ricardo (org.). *Geografia política: base conceitual e diversidade temática*. Brasília: Calíandra, 2023. v. 1, p. 111–128.

CASTRO, Iná. Espaço político. *GEOgraphia*, Niterói, v. 20, n. 42, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2018.v20i42.a13839>. Acesso em: 29 jun. 2025.

_____. O espaço político: limites e possibilidades do conceito. In: Iná Elias de Castro, Paulo César Gomes e Roberto Lobato Corrêa. *Olhares Geográficos*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012, p.43-73.

CHAGAS, Mário. (Orgs.). *Museologia e território: o museu, entre o local e o global*. Rio de Janeiro: MAST, 2011. p. 17–27.



CHAGAS, Mário; GOUVEIA, Inês. Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Revista Cadernos do Ceom*, v. 27, n. 41, 26 dez. 2014. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/2592>. Acesso em: 06 out 2025.

CHAGAS, Mário; PIRES, V. S. (Orgs.). *Território, museus e sociedade: práticas, poéticas e políticas na contemporaneidade*. Rio de Janeiro: UNIRIO; Instituto Brasileiro de Museus, 2018.

CHAGAS, Mário; VEIGA, Juliana; CAVULLA, Rondelly. A Rede de Museologia Social do Rio de Janeiro: Um balanço em movimento. In: PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mário (Orgs.). *Teoria e prática da sociomuseologia*. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2021.

CHAGAS, Mário; MAGALDI, Monique. Projeto “Acervo Nosso Sagrado: pesquisa, identificação, reconhecimento e gestão participativa de acervo religioso afro-brasileiro”. 2025. Disponível em: https://escolademuseologia.unirio.br/museologiasocial/?page_id=4972. Acesso em: 02 abr. 2025

CORRÊA, Alexandre. Um museu mefistofélico: museologização da magia negra no primeiro tombamento etnográfico no Brasil. *Textos Escolhidos de Cultura e Arte Populares*, [online], v. 11, n. 1, p. 33–51, 2014. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/tecap/article/view/16234/12149>. Acesso em: 29 jun. 2025.

IPHAN. *Iphan lança Acervo Nosso Sagrado em parceria com a UniRio e lideranças religiosas*. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/assuntos/noticias/iphan-lanca-acervo-nosso-sagrado-em-parceria-com-a-unirio-e-liderancas-religiosas> Acesso em 02 abr 2025.

LIFSCHITZ, J. A. Os agenciamentos da memória política na América Latina. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 29, n. 85, p. 145–225, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/dkbyFLhNZmhMHRMGfKQGCsM>. Acesso em: 29 jun. 2025.

MÃE MENINAZINHA DE OXUM et al. A Chegada do Nosso Sagrado no Museu da República: “a fé não costuma faiá”. In: PRIMO, Judite (Org.); MOUTINHO, Mário (Org.). *Sociomuseologia: para uma leitura crítica do Mundo*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021.

MAGGIE, Yvonne. *Medo do feitiço: relações entre magia e poder no Brasil*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MARTINS, Luciana. *As muitas vidas de um escudo* (The Many Lives of a Shield) [vídeo-ensaio]. Londres: Birkbeck, University of London; Royal Botanic Gardens, Kew, 2016. Duração: 8 min 57 s. Disponível em: <https://vimeo.com/183639220>. Acesso em: 16 out. 2025.

MINISTÉRIO DA CULTURA, *Termo de Execução Descentralizada 18/2023* – IPHAN/Ministério da Cultura. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/convenios-e-transferencias/instrumentos-celebrados/iphan-sede-uasg-343026/termos-de-execucao-descentralizada/vigente/2023/arquivos-teds/TEDUNIRIO.pdf>

MONTEIRO, Francisco César Manhães; VERSIANI, Maria Helena; CHAGAS, Mario de Souza. A chegada e chegadas do nosso sagrado à república. *Museologia &*



Interdisciplinaridade, v. 11, n. 22, p. 14–32, 2022. DOI: 10.26512/museologia.v11i22.45280.
Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/museologia/article/view/45280>

PEREIRA, Pamela. *Novos olhares sobre a coleção de objetos sagrados afro-brasileiros sob a guarda do Museu da Polícia: da repressão à repatriação*. 2017. Dissertação (Mestrado em Memória Social) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, Rio de Janeiro, 2017.

POSSIDONIO, Eduardo; VERSIANI, Maria Helena. Nosso Sagrado Collection: Paths of Research. *The IJournal: Student Journal of the Faculty of Information*, Toronto, v. 7, n. 3, p. 8–22, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.33137/ijournal.v7i3.39321>. Acesso em: 29 jun. 2025.

QUIPROCÓ FILMES. Nosso Sagrado. [s.d.]. Disponível em: <https://www.quiprocofilmes.com.br/portfolio/nosso-sagrado>

RIBEIRO, Rafael; BARBOSA, David. Geografia, Política e Patrimônio: quando a geografia política encontra o patrimônio cultural. In: PAES, Maria Tereza Duarte; SOUZA, José Arilson Xavier de (org.). *Abordagens geográficas do patrimônio cultural*. 1. ed. [s.l.]: [s.n.], 2024. v. 1, p. 130–148.

SCHINCARIOL, João; SILVA, Paula; RIBEIRO, Rafael. Patrimônio sensível e participação social: os desafios da construção da governança participativa em bens de memória sensível – Sítio Arqueológico Cais do Valongo e Acervo Nosso Sagrado. *Patrimônio e Memória*, v. 21, n. 2, [no prelo], 2025.

TEOBALDO, Marco Antônio. *Museologia de Terreiro – Vivências no Museu Memorial Iyá Davina*. 2025. Dissertação (Mestrado em Museologia) — Programa de Pós-Graduação em Museologia (PPGMUS), Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Rio de Janeiro, 2025